



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI ORDINARIA 15/2025

“Institui o Dia do Contador Público no âmbito do Município de Corumbá/MS, e dá outras providências”

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ/MS, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Corumbá, o “**Dia do Contador Público**”, a ser comemorado anualmente no dia 22 de setembro.

Art. 2º O “Dia do Contador Público” passa a integrar o **Calendário Oficial de Datas Comemorativas do Município de Corumbá**.

Art. 3º O Poder Público Municipal poderá, na semana correspondente à data comemorativa, promover e apoiar eventos, palestras, campanhas educativas, oficinas, seminários e demais atividades voltadas à valorização, capacitação e conscientização sobre a importância do contador público na gestão pública municipal.

Art. 4º As comemorações previstas nesta Lei poderão ser realizadas em parceria com instituições públicas, órgãos de controle, entidades de classe, universidades e organizações da sociedade civil.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, destaca-se que, o presente Projeto de Lei respeita o princípio da **competência concorrente**, previsto no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que permite aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. A criação de datas comemorativas é matéria tradicionalmente reconhecida como de competência municipal, desde que haja interesse público envolvido. Assim é o entendimento:

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - MUNICÍPIO DE SUZANO - LEI MUNICIPAL Nº 4. 893, DE 15 DE MAIO DE 2015, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, que "Dispõe sobre a instituição no calendário oficial do Município de Suzano, O DIA DO EAD – Ensino à Distância, a ser comemorado anualmente, no dia 27 de novembro, e dá outras providências" – LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR - **mera CRIAÇÃO DE DATA COMEMORATIVA – NÃO CONFIGURADA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES – VÍCIO DE INICIATIVA – INOCORRÊNCIA – NÃO CARACTERIZADA USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA - GESTÃO ADMINISTRATIVA PRESERVADA** – FONTE DE CUSTEIO –AUMENTO e/ou CRIAÇÃO DE DESPESAS – INOCORRÊNCIA - ART. 25, CE – não constatada inconstitucionalidade invocada. Ação improcedente. (TJ-SP - ADI: 22475095020168260000 SP 2247509-50.2016.8.26 .0000, Relator.: João Negrini Filho, Data de Julgamento: 05/04/2017, Órgão Especial, Data de Publicação: 20/04/2017)*

*“DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 4.436, de 10 de dezembro de 2010, do município de Suzano, que 'Dispõe sobre a inclusão, no Calendário Oficial do Município, do Dia do Imigrante, e dá outras providências'. Alegação de vício de origem e de aumento de despesas sem indicação da fonte de custeio. **Inocorrência da inconstitucionalidade invocada. Mera fixação de data comemorativa. Ausência de criação de órgãos e de cargos públicos ou de despesas para a Municipalidade. Matéria de interesse local.** Ação julgada improcedente. Liminar revogada.” (ADI nº 0068550-67.2011.8.26.0000. Relator: Mário Devienne Ferraz; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: Órgão Especial; Data do julgamento: 14/09/2011; Data de registro: 21/09/2011).*

Já sobre a matéria, a instituição do “Dia do Contador Público” busca reconhecer e valorizar o papel fundamental desses profissionais no controle, planejamento, execução e fiscalização da gestão pública, além de fortalecer a transparência e a responsabilidade fiscal no setor público. O contador público é o guardião da legalidade e da eficiência na gestão orçamentária e financeira. Valorizar essa profissão é reforçar nosso compromisso com a responsabilidade fiscal e a ética na administração.

Entre suas atribuições, destacam-se a elaboração e assinatura de demonstrativos exigidos por órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas do Estado (TCE/MS), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Ministério da Fazenda, entre outros. Relatórios como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Balanço Geral do Município, são de responsabilidade direta desse profissional, que assina em conjunto com o chefe do Executivo Municipal, assumindo corresponsabilidade técnica e legal pela exatidão das informações e pela conformidade dos dados.

Além disso, nos últimos anos, houve um considerável aumento das obrigações legais, normativas e operacionais impostas à contabilidade pública. Novos sistemas eletrônicos, normas de padronização contábil e demandas por maior transparência fiscal intensificaram a complexidade do trabalho contábil nos órgãos públicos.

É importante destacar que a assinatura do contador público ao lado do prefeito em relatórios oficiais reflete mais do que um ato técnico: trata-se da expressão de confiança institucional e de responsabilidade compartilhada pela integridade da gestão pública. O contador não apenas registra números – ele interpreta, analisa, orienta e garante





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

que a administração municipal atue em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

Assim, o mérito da proposição é socialmente relevante e juridicamente viável, visto que contribui para o reconhecimento da categoria profissional, promoção de debates e ações educativas sobre a contabilidade pública e estímulo à valorização da ética e eficiência no setor público.

A criação do “**Dia do Contador Público**” reforça o compromisso de Corumbá com a boa governança e a valorização de servidores que fazem a diferença no funcionamento da cidade. A escolha do dia **22 de setembro** está em consonância com datas comemorativas nacionais, como o “Dia do Contador”, facilitando ações conjuntas entre entes públicos e privados.

Sobreleva-se que, não há impacto orçamentário obrigatório decorrente da aprovação da presente Lei, visto que as ações alusivas à data comemorativa são de caráter facultativo, podendo ser desenvolvidas com recursos já existentes ou por meio de parcerias institucionais. O projeto está tecnicamente adequado, juridicamente constitucional e socialmente oportuno.

CORUMBA/MS, 05 de Agosto de 2025

Jovan Temeljkovitch
Vereador(a)

